

Agenda fiscal, eleição e omissão

Rogério L. Furquim Werneck*

Dois excelentes editoriais do **Estado**, publicados na terça e na quarta-feira desta semana (*Os políticos e a crise fiscal* e *A pobreza da política*), externaram preocupações mais do que oportunas com os rumos da campanha eleitoral. O que se teme é que Brasil esteja em via de perder mais uma grande oportunidade de debater e confrontar soluções para o imbrólio fiscal, que hoje constitui o principal entrave a um projeto mais ambicioso de crescimento sustentado e redução da desigualdade social no País. Argüem os editoriais que, não obstante a importância fundamental da questão fiscal, os candidatos a presidente parecem propensos a evitá-la na campanha eleitoral. São preocupações que merecem ser discutidas com toda atenção.

As lições da última eleição presidencial não podem ser esquecidas. Embora já houvesse uma pesada agenda fiscal pendente em 2002, o tema passou simplesmente em branco na campanha eleitoral. Lula, empenhado em renegar a tresloucada plataforma econômica que o PT havia defendido nas eleições municipais de 2000, limitou-se a prometer respeito a princípios elementares de coerência macroeconômica. E Serra preferiu ignorar por completo as questões relacionadas à agenda fiscal e concentrar atenção na balança comercial. O carro-chefe da sua campanha foi a promessa de políticas ativas de substituição de importações e promoção de exportações.

O que poderia explicar a desimportância que o debate sobre a agenda fiscal tem tido nas campanhas para a eleição presidencial? Uma possibilidade é simplesmente diagnóstico equivocado. Em 2002, por exemplo, não faltava quem achasse que o problema realmente importante da economia brasileira fosse o estrangulamento externo, ou quem defendesse, de forma um tanto escapista, um ajuste fiscal a ser feito “com crescimento econômico, e pelo lado da receita”. Com a carga tributária beirando 40% do produto interno bruto (PIB) e o dispêndio primário em trajetória explosiva, já não é tão fácil ouvir este tipo de argumento, embora ele ainda subsista em certos rincões. Mas há, claro, uma explicação bem mais óbvia para a ausência das questões relacionadas à agenda fiscal nas campanhas eleitorais. Propostas de ajuste fiscal são consideradas politicamente espinhosas. Como são controvertidas e, com frequência, envolvem perdedores, qualquer marqueteiro esperto estará sempre pronto a recomendar que candidatos a presidente fujam da agenda fiscal como o diabo da cruz.

A questão é: até que ponto essa esperteza marqueteira poderá mais uma vez prevalecer na eleição presidencial deste ano? Para Lula, as coisas parecem mais fáceis. Escolheu um discurso focado no eleitorado de baixa renda, menos informado. E, já tendo de enfrentar cerrada oposição à política econômica no âmbito do próprio PT, não vai

querer acirrar os ânimos com uma proposta de mudança mais ousada na área fiscal. Já mapeou a real extensão da resistência que a idéia de um ajuste fiscal de longo prazo enfrentou no governo há poucos meses. O mais provável é que apenas continue tentando manter o equilíbrio precário de quem mantém um pé na canoa eleitoreira e outro na do ministro Palocci.

A dúvida é se o candidato do PSDB terá espaço para optar por uma campanha que mais uma vez passe ao largo das questões envolvidas na agenda fiscal. Tudo indica que não. Para consolidar o apoio crucial dos segmentos mais informados do eleitorado, o candidato tucano terá de ter um discurso bem-estruturado sobre a melhor maneira de fazer avançar a complexa agenda fiscal que o País tem pela frente.

Há hoje consciência muito mais clara da real extensão da escassez de recursos enfrentada pelo setor público, apesar da brutal elevação de carga tributária nos últimos 12 anos. Há também percepção mais nítida dos problemáticos desdobramentos macroeconômicos que isso implica. Não basta, portanto, prometer choque de gestão, recuperação de investimento público, ação governamental mais determinada nas mais diversas áreas e uma política econômica que assegure crescimento rápido, expansão do emprego e redução da desigualde. Tudo isso cairá no descrédito, se não estiver acompanhado de propostas articuladas de enfrentamento da agenda fiscal e, especialmente, de sinais convincentes de que, se eleito, o candidato terá disposição e capacidade para mobilizar o capital político que se fizer necessário para lidar com esse desafio.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.